Acesse: ☞ http://fuvestibular.com.br/

AULA
15
MÓDULO 5

O início do Império

Apresentação do Módulo 5

Em toda a América, o século XIX foi um tempo de independências e abolições. Nesse quadro, o Brasil não foi exceção.

Neste último módulo vamos ver de que modo se construiu e se consolidou em nosso país uma monarquia que foi, ao mesmo tempo, constitucional e escravista.

Também vamos acompanhar como, a partir do conflito entre cidadania e escravidão, desfez-se, pouco a pouco, a sociedade escravista no Brasil.

Nesta aula

No dia 7 de setembro de 1822, D. Pedro proclamou a Independência do Brasil com o apoio de grupos brasileiros e portugueses. A partir dessa data, teve início um momento decisivo na vida do novo país. Era hora de definir como seria organizado o novo ***Estado***, como seriam as relações entre o ***poder central*** e as ***províncias*** e, finalmente, quais seriam os direitos e deveres do povo brasileiro.

Quem era o povo brasileiro? Será que, a partir daquele momento, todo mundo passava a ser considerado cidadão?

Afinal, quem era considerado cidadão no Império do Brasil?

As lutas políticas no 1º Reinado

A separação de Portugal, anunciada por D. Pedro em setembro de 1822, foi recebida com entusiasmo em muitas cidades brasileiras. Menos de três meses depois, o príncipe português foi coroado Imperador do Brasil, e começava o período que ficou conhecido como ***1º Reinado***.

LINHA DE TEMPO DO IMPÉRIO

P/ as outras apostilas de História, Acesse: http://fuvestibular.com.br/telecurso-2000/apostilas/ensino-fundamental/historia-do-brasil/

Acesse: ☞ http://fuvestibular.com.br/

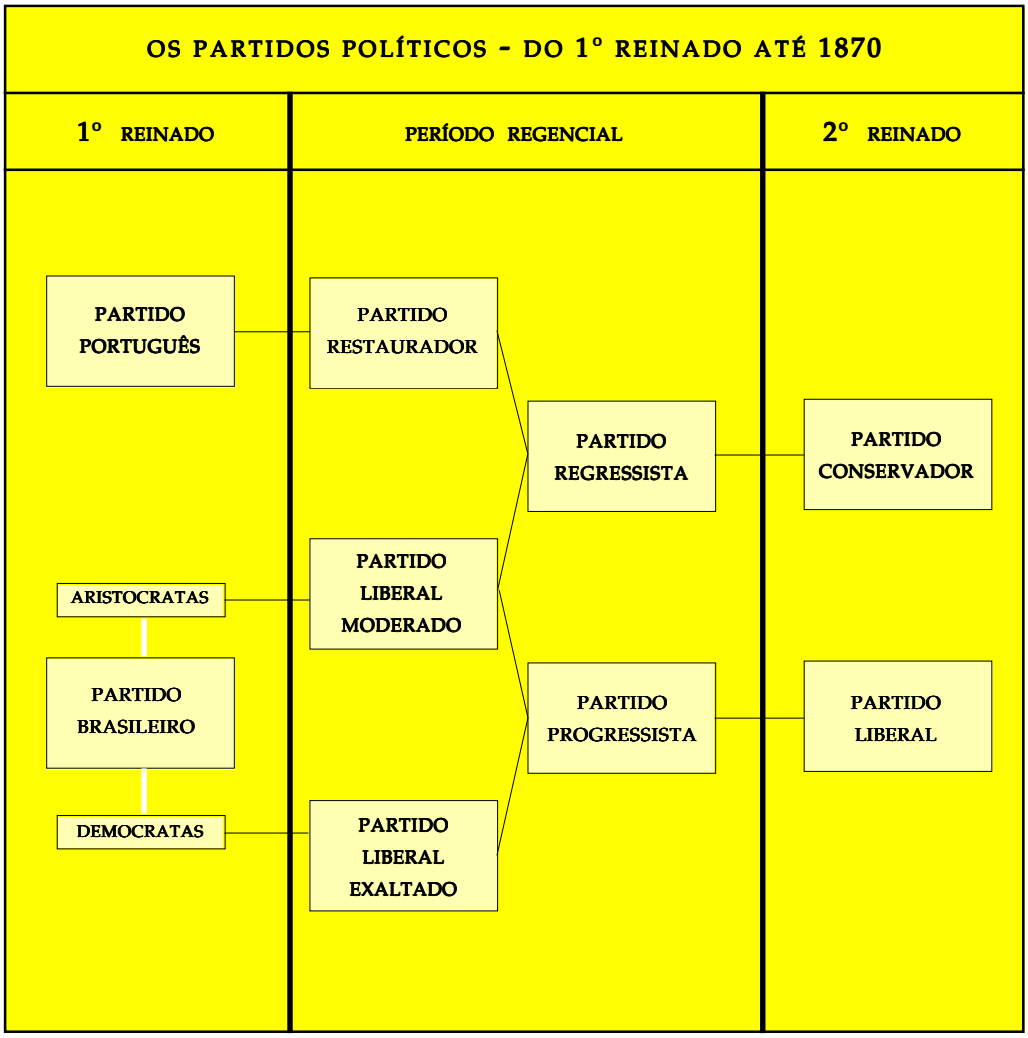
Dinastia: série de reis que pertencem à mesma família.

Como acontece na maioria das vezes na História, homens e mulheres que comemoraram a proclamação da Independência do Brasil possuíam diferentes motivos. Entre os portugueses que moravam aqui, havia, na Corte, um grupo que tinha boas razões para festejar.

Esse grupo era quase todo composto por comerciantes e altos funcionários que tinham vindo para o Brasil junto com a família real. Essas pessoas sentiam-se ameaçadas com as mudanças em Portugal, desencadeadas pela Revolução do Porto. Temiam uma possível recolonização do Brasil e, com isso, a perda de seus privilégios políticos e sociais, adquiridos durante o governo de D. João VI, como cargos importantes, terras, títulos de nobreza.

Não foi à toa, portanto, que apoiaram D. Pedro e a emancipação política brasileira. Seu principal objetivo, a partir daí, seria ***fortalecer o novo imperador***. Contavam ainda com a possibilidade de uma futura reunificação das Coroas portuguesa e brasileira sob as ordens da família real portuguesa: a dinastia Bragança. Esse grupo passou a ser conhecido como ***Partido Português***; de forma depreciativa, alguns brasileiros os chamavam de "pés de chumbo", pois eram favoráveis ao absolutismo e não desejavam mudanças.

Entre os brasileiros, dois grupos políticos desempenharam importante papel na proclamação da Independência e, por isso, também possuíam fortes razões para comemorar. Eram os ***democratas***, liderados por Gonçalves Ledo, e os ***aristocratas***, liderados por José Bonifácio de Andrada, ministro do primeiro governo brasileiro.



P/ as outras apostilas de História, Acesse: http://fuvestibular.com.br/telecurso-2000/apostilas/ensino-fundamental/historia-do-brasil/

Acesse: ☞ http://fuvestibular.com.br/

O grupo dos democratas, formado por intelectuais, advogados e jornalistas da cidade do Rio de Janeiro, acreditava que seria possível conciliar monarquia e democracia, isto é, a nova forma de organização política do Brasil deveria basear-se na vontade da maioria da população, e nunca na autoridade do imperador, que deveria apenas representar um símbolo de unidade do país.

A ***soberania,*** isto é, o mais amplo poder era da nação e, para governar, D. Pedro I deveria jurar previamente sobre a Constituição brasileira, a ser elaborada por um órgão representativo da nação: a Assembléia Constituinte.

O grupo dos aristocratas de José Bonifácio, que reunia os principais representantes das províncias, discordava inteiramente das propostas de Gonçalves Ledo e seus seguidores.

Esse grupo temia a descentralização do poder sugerida pelos democratas. Alegava que essas propostas poderiam resultar em desordens sociais e na quebra da unidade do país, do mesmo modo que estava ocorrendo naquele momento nas repúblicas hispano-americanas que eram antigas colônias espanholas na América.

Os aristocratas defendiam uma monarquia que tivesse o poder limitado por uma Constituição, mas que deveria ***preservar a autoridade do imperador***. Assim sendo, os aristocratas não concordavam com o juramento prévio à Constituição.

Os dois grupos, mais os membros do Partido Português, participaram da eleição para a primeira Assembléia Constituinte brasileira, que iniciou os seus trabalhos em maio de 1823. Antes disso, os democratas, em razão de suas discordâncias com os aristocratas, foram perseguidos e afastados da vida política a mando do ministro José Bonifácio.

A Constituinte de 1823

Durante a Constituinte, excluídos os democratas, a luta pelo poder se deu fundamentalmente entre o Partido Português e o grupo de José Bonifácio. A situação em Portugal aumentava a tensão política.

D. João VI, que voltara para lá, retomou o poder absoluto, fato que agradava ao grupo português e ameaçava o brasileiro. Para os primeiros, abria-se a possibilidade de uma reunião das Coroas portuguesa e brasileira, algo inteiramente inaceitável para os brasileiros, que, buscando preservar a independência, passaram a elaborar propostas com o objetivo de diminuir o poder dos portugueses no Brasil e limitar o poder do imperador.

Por exemplo:

- os estrangeiros seriam inelegíveis, isto é, não poderiam ser votados para cargos de representação nacional;
- o imperador não poderia governar também outro reino;
- a Câmara dos Deputados, na qual os brasileiros contavam com maioria, não poderia ser dissolvida.

Além disso, o grupo brasileiro sugeria medidas como o voto censitário, ou seja, votariam apenas aqueles que possuíssem determinada renda anual, o que impedia a maior parte da população de participar das eleições.

Com exceção do voto censitário, o conjunto de propostas desagradou ao Partido Português e ao imperador que, no final de 1823, fechou a Constituinte. Para elaborar a lei máxima brasileira, "digna dele e do Brasil", como disse ao dissolver a Constituinte, D. Pedro I nomeou uma comissão que, em pouco tempo, produziu a Constituição de 1824.

P/ as outras apostilas de História, Acesse: http://fuvestibular.com.br/telecurso-2000/apostilas/ensino-fundamental/historia-do-brasil/

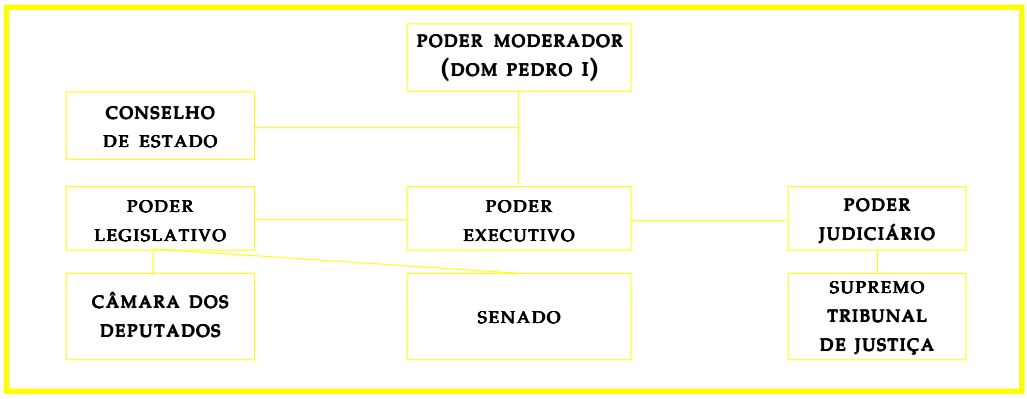
Acesse: ☞ http://fuvestibular.com.br/

A Constituição de 1824

Em suas linhas gerais, a Constituição outorgada por D. Pedro I se manteria em vigor por todo o período monárquico. Ela procurava combinar as novas idéias liberais com elementos do Antigo Regime, como o poder pessoal do rei, a união entre Igreja e Estado e a manutenção da escravidão.

Constituição outorgada: aquela aprovada pelo imperador, sem passar por uma Assembléia Constituinte.

Acima dos três poderes que as repúblicas liberais adotaram, justamente para que não houvesse a concentração de poderes nas mãos de uma só pessoa, foi criado o poder moderador. Isso dava o direito de o imperador intervir nas decisões dos poderes legislativo e judiciário. O executivo era exercido pelo próprio imperador e por seus ministros.



Vamos ver outros itens:

GARANTIA DOS DIREITOS INDIVIDUAIS: LIBERDADE, INTEGRIDADE FÍSICA E PROPRIEDADE DE TODOS OS CIDADÃOS BRASILEIROS

Em nome do direito de propriedade, entretanto, mantinha-se a escravidão. Obviamente os escravos, considerados propriedades, não eram cidadãos brasileiros.

UNIÃO ESTADO-IGREJA

A religião católica era oficial. Apesar de serem toleradas outras práticas religiosas, os católicos possuíam privilégios: apenas eles poderiam ser funcionários do Governo e concorrer a cargos eletivos. As autoridades da Igreja eram nomeadas pelo imperador.

ESTADO UNITÁRIO

Embora o território fosse dividido em províncias, elas praticamente não possuíam autonomia. Seus governantes eram nomeados diretamente pelo poder central. O centro político do Império, a Corte, era a cidade do Rio de Janeiro, de onde se governava o Brasil.

SISTEMA ELEITORAL BASEADO NO VOTO INDIRETO, MASCULINO E CENSITÁRIO

Os votantes, que deviam ganhar acima de 100 mil réis anuais, escolhiam os eleitores, que deviam receber mais de 200 mil réis anuais, os quais, por sua vez, elegiam deputados e senadores, fazendo uma lista tríplice a ser apreciada pelo imperador, os quais deveriam receber, no mínimo, 400 ou 800 mil réis, respectivamente. Apenas homens livres com mais de 25 anos de idade poderiam votar. Não havia impedimentos quanto ao voto do analfabeto. Como era comum no mundo todo naquela época, as mulheres foram excluídas do direito de votar. Apesar dessas restrições, o número de eleitores tendeu a crescer ao longo do Império, e já ultrapassava 13% da população livre, isto é, excluídos os escravos,

P/ as outras apostilas de História, Acesse: http://fuvestibular.com.br/telecurso-2000/apostilas/ensino-fundamental/historia-do-brasil/

Acesse: ☞ http://fuvestibular.com.br/

em 1872. A participação eleitoral diminuiu a partir de 1881 para 0,8% da população, uma vez que nesse ano foi introduzida a proibição ao voto do analfabeto.

A Constituição de 1824 produziu vários efeitos. O primeiro deles foi nítido: o fortalecimento do poder do imperador, que passava a controlar totalmente a nova ordem política. Isso reduziu o espaço de atuação dos grupos brasileiros, tanto na Corte como nas províncias. Esses grupos demonstrariam, em pouco tempo, seu descontentamento com tal situação.

Além disso, a Constituição estabeleceu um conjunto de regras que, em vez de assegurar a igualdade de todos perante a lei, produziu mecanismos que mantinham ou reforçavam as diferenças políticas e sociais. Passaram a existir os ***cidadãos ativos***, com direito de voto mas hierarquizados segundo sua renda; os ***cidadãos passivos***, com direitos reduzidos, que não participavam das eleições mas possuíam direitos civis; e, finalmente, os ***não-cidadãos***, aqueles inteiramente fora das preocupações do Estado, como os indígenas e escravos.

A crise do 1º Reinado

Causou profundo descontentamento a dissolução da Assembléia Constituinte e a forma como D. Pedro I impôs sua autoridade sobre as mais importantes lideranças políticas das províncias.

Para os representantes políticos dos antigos "homens bons", a atitude do imperador lembrava muito os velhos conflitos com a Metrópole portuguesa.

A Confederação do Equador

A principal reação à Constituição de 1824 foi a ***Confederação do Equador***, revolta iniciada ainda naquele ano, na província de Pernambuco. Os representantes pernambucanos na Constituinte, com a dissolução daquele órgão pelo imperador, retornaram à província e denunciaram o caráter absolutista do governo central. Foi nesse clima que a Câmara da Cidade de Recife, liderada por um frade, Joaquim do Amor Divino Caneca conhecido como Frei Caneca, recusou-se a aceitar o texto da Constituição de 1824. Seus principais argumentos foram: a Constituição era excessivamente centralizadora e não garantia a liberdade das províncias; o texto constitucional não era liberal, porque criara o Poder Moderador que era a "chave mestra da opressão da nação brasileira", segundo Frei Caneca; e ainda, o texto era ilegítimo, pois havia sido criado não por um órgão representativo da nação, e sim pela vontade do imperador.

Recife foi sede da Confederação do Equador, que surgiu em protesto contra a Constituição outorgada em 1824.

P/ as outras apostilas de História, Acesse: http://fuvestibular.com.br/telecurso-2000/apostilas/ensino-fundamental/historia-do-brasil/

Acesse: ☞ http://fuvestibular.com.br/

Em pouco tempo, os recifenses partiram dos discursos para a ação e, em julho de 1824, tomaram o poder na província. Logo receberam o apoio da Paraíba, do Ceará e do Rio Grande do Norte. Criaram, então, uma república denominada Confederação do Equador.

Haveria um governo central e ampla autonomia dos estados. Além disso, estabeleceu-se a suspensão do tráfico de escravos no porto de Recife. Os líderes revolucionários consideravam que esse comércio estava " *em completa oposição aos princípios do Direito Natural, e às luzes do Século*" .

A ação revolucionária assustava agora não apenas o governo central mas também os grupos dominantes locais, senhores de terras e escravos, e comerciantes. A base de apoio ao movimento, então, começou a reduzir, o que facilitou a violenta repressão, vitoriosa em novembro de 1824. As principais lideranças que não conseguiram fugir foram fuziladas.

O absolutismo de D. Pedro I

D. Pedro I teve também dificuldades externas. As novas repúblicas hispano-americanas não reconheceram imediatamente seu governo. Também duvidaram de suas idéias liberais e de sua oposição a Portugal.

Já a Inglaterra procurou trabalhar no sentido de promover um rápido reconhecimento do governo brasileiro. Para tal, pedia um bom preço: a renovação, por quinze anos, dos ***Tratados de Aliança e Amizade***, assinados em 1810, quando a Corte portuguesa ainda estava no Brasil.

Como você deve recordar, esses tratados cobravam uma pequena tarifa alfandegária dos produtos ingleses que ingressavam nos portos brasileiros. Esse novo acordo, assinado pelo governo brasileiro, por um lado garantiu o reconhecimento inglês, mas, por outro, criou uma forte dependência econômica brasileira dos produtos manufaturados britânicos.

A situação política tendeu a se tornar mais tensa ao longo do ano de 1830. Ocorriam revoluções na Europa e o absolutismo terminava em países importantes, como a França. Criava-se um clima que tornava cada vez mais ilegítimas as medidas autoritárias defendidas por D. Pedro I, a exemplo de suas exigências para impedir a liberdade de imprensa. Também o envolvimento do imperador na sucessão portuguesa, desejando colocar sua filha no trono português, desagradava a diversos setores que se uniram no combate ao imperador.

O imperador Pedro I e, à direita, seu filho Pedro de Alcântara, menor de idade quando seu pai abdicou.

O quadro político tornou-se crítico com o assassinato do jornalista de oposição ao governo Líbero Badaró. No início do mês de abril de 1831, surgiram boatos de que o imperador novamente fecharia a Câmara e passaria a governar de forma ditatorial. Dias depois, em 7 de abril, setores populares se concentraram

P/ as outras apostilas de História, Acesse: http://fuvestibular.com.br/telecurso-2000/apostilas/ensino-fundamental/historia-do-brasil/

Acesse: ☞ http://fuvestibular.com.br/

no Campo de Santana, no centro do Rio de Janeiro, para protestar contra o governo. As tropas militares deram força ao movimento. E D. Pedro I, sem apoio militar ou político, foi obrigado a renunciar em nome de seu filho D. Pedro de Alcântara, que ainda era menor de idade.

O tempo não pára

A renúncia do imperador representou uma vitória expressiva dos grupos políticos ligados às diversas regiões brasileiras. Afastado o governante português e extintas as ameaças de reunificação a Portugal, era agora o momento de recomeçar a construção do Estado, segundo os interesses desses grupos. Mas será que havia unidade no Partido Brasileiro?

Quase dez anos após a proclamação da Independência do Brasil, a ameaça de recolonização parecia distante, mas a unidade do novo país ainda não se havia consolidado.

Exercícios

Relendo o texto

Leia mais uma vez o texto da aula, sublinhe as palavras que não entendeu e procure ver o que elas significam, no dicionário ou no vocabulário da Unidade.

1. Releia ***As lutas políticas no 1º Reinado*** e ***A Constituinte de 1823*** e identifique os principais grupos políticos que existiam no momento inicial do Primeiro Reinado.

2. Releia ***A Constituição de 1824*** e identifique três características dessa Constituição.

3. No mesmo item, identifique os principais resultados dessa Constituição.

4. Releia ***A crise do 1º Reinado*** e cite quais foram os principais problemas enfrentados por D. Pedro I.

5. Dê um novo título a esta aula.

Fazendo a História

CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO IMPÉRIO DO BRASIL

Leia o seguinte artigo da Constituição de 1824 e responda à questão que se segue:

Art. 91 *- São excluídos de votar nas Assembléias Paroquiais:*
I-Os menores de vinte e cinco anos (exceto os casados, Oficiais Militares, Bacharéis e Clérigos).
III-Os criados de servir, os criados da Casa Imperial que não forem de galão branco e os administradores das fazendas rurais ou fábricas.
V-Os que não tiverem de renda líquida anual cem mil réis por bens de raiz, indústria, comércio ou empregos.

1. Quem era cidadão no Império do Brasil?

P/ as outras apostilas de História, Acesse: http://fuvestibular.com.br/telecurso-2000/apostilas/ensino-fundamental/historia-do-brasil/